

1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

2 ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

3

4 Ata de reunião ordinária do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Centro de Ciências Jurídicas  
5 da UFPB, Campus I, realizada no dia três (03) de agosto de dois mil e vinte e um (2021), às  
6 11:45 horas. A reunião foi realizada de forma virtual na Plataforma Google Meet em virtude da  
7 restrição de encontros presenciais, devido à pandemia da Covid-19, conforme Portaria  
8 323/GR/REITORIA, atualizada pela Portaria 125/GR/REITORIA. A reunião teve início com a  
9 abertura dos trabalhos conduzidos pela Presidente do NDE, Professora Coordenadora  
10 Professora Mestre Maria Ligia Malta de Farias. Estavam presentes os seguintes membros e  
11 convidados: Professora Doutora Alessandra de Macedo Asfora, Vice Coordenadora de  
12 Graduação em Direito João Pessoa; Professora Doutora Márcia Glebyane Maciel Quirino,  
13 representante do Departamento de Direito Público; Professora Doutora Lorena de Melo  
14 Freitas, representante do departamento de Direito Privado; Professora Mestre Adriana de  
15 Abreu Mascarenhas, Assessora de Graduação do Curso de Direito de João Pessoa. Como  
16 convidados presentes à reunião, a Diretora do Centro de Ciências Jurídicas Professora Doutora  
17 Anne Augusta Alencar Leite Reinaldo; a Vice Diretora Professora Doutora Duína Mota de  
18 Figueiredo; o professor Jailson Ribeiro de Oliveira, Coordenador do setor de Coordenação de  
19 Regulação e Avaliação (CRA/PRG) e Renata Monteiro, técnica-administrativa que acompanha o  
20 Curso de Direito na avaliação junto ao MEC e membro da equipe da CRA/UFPB. Dando início  
21 aos trabalhos, a senhora Presidente do Núcleo Docente Estruturante deu boas-vindas aos  
22 professores e professoras membros do NDE bem como aos convidados presentes, saudando e  
23 destacando a importância da fala do professor convidado Jailson Ribeiro, em relação ao  
24 Processo de Avaliação pelo MEC do Curso de Direito no formato remoto. A senhora  
25 presidente informou que esta é segunda reunião desde que o novo Núcleo Docente  
26 Estruturante do Curso de Direito foi formado no início do corrente ano, destacando algumas  
27 providências já tomadas após a primeira reunião, tais como: solicitação, por meio de ofício, de  
28 recomposição das ementas e planos de cursos pelos professores responsáveis, assim como  
29 publicização dos mesmos pelas chefias departamentais, dentre outras, em fase de discussão  
30 com os membros do NDE. A presidente passou à palavra ao professor Jailson Ribeiro para que  
31 o mesmo esclarecesse as recomendações feitas pelo MEC sobre o programa virtual de  
32 avaliação de curso. Agradecendo o acolhimento, o professor Jailson Ribeiro tomou a palavra e  
33 iniciou sua fala apresentando a equipe da CRA e junto com ela procedeu a um resgate dos  
34 últimos indicadores de avaliação do curso de Direito. Foi dada a palavra à servidora Renata  
35 Monteiro que fez uma retomada dos dados cadastrados no MEC em relação ao curso, a saber,  
36 dados do Enade e do CPC (Conceito Preliminar do Curso) entre 2006 a 2018, como também  
37 elencou alguns pontos sugeridos pela CRA a serem melhorados no curso a partir dos  
38 resultados da avaliação feita pelo MEC em 2015. Dentre os pontos sugeridos, mencionou  
39 ações referentes às dimensões didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura  
40 serem desenvolvidas a fim de otimizar os futuros resultados do processo avaliatório do curso  
41 de Direito junto ao MEC. Retomando a palavra, o professor Jailson Ribeiro iniciou a discussão  
42 acerca das especificidades da avaliação in loco no modelo remoto, explicando que a portaria  
43 do Mec sobre a referida avaliação ainda está em vigência até outubro de 2021. Esclareceu que  
44 no referido modelo a duração da visita da equipe de avaliação é em torno de 2 (dois) dias,

1 sendo que a instituição é notificada 7 (sete) dias antes da visita. A partir de então, a  
2 coordenação do curso deve articular uma agenda de reuniões e outros encontros com o  
3 engajamento das pessoas diretamente envolvidas no processo, como seus professores, chefias  
4 departamentais, membros do NDE, direção de centro, biblioteca, discentes, entre outros.  
5 Destacou a importância de se compilarem os documentos necessários a serem divulgados  
6 eletronicamente, sejam esses documentos institucionais, como o PDI, o PPC do curso, seja  
7 documentação do NDE, do colegiado, planos de ensino dos docentes e outros pertinentes ao  
8 curso. Seguiu chamando a atenção para que se atente para o histórico das avaliações  
9 anteriores, tendo em vista que a equipe de avaliadores observa minúcias que podem não ter  
10 sido destacadas anteriormente e que haja uma preparação para que se possa filmar ambientes  
11 que se fizerem necessários. Nessa oportunidade, a presidente do NDE e coordenadora do  
12 curso questionou o coordenador Jailson Ribeiro sobre a maneira como será avaliada a questão  
13 da estrutura física da biblioteca setorial bem como os materiais didáticos utilizados nos planos  
14 de ensino docente, agora através da biblioteca virtual, em decorrência da atual situação que  
15 impossibilita a utilização de livros físicos. O referido coordenador respondeu esclarecendo a  
16 importância de se fazer um levantamento de todas as referências usadas nos planos de ensino  
17 dos docentes através de um relatório de adequação bibliográfica, confrontando a  
18 disponibilidade nas bibliotecas setorial e central, através de provocações via ofício, com o  
19 objetivo de formalizar toda e qualquer demanda por livros seja no formato físico seja no digital.  
20 Passando a palavra à diretora do CCJ, professora doutora Anne Augusta Alencar iniciou sua fala  
21 explanando a intenção de sua gestão em propor uma cartilha adaptada ao centro que inclua  
22 atenção aos requisitos fiscalizatórios do MEC, com o intuito de acompanhar as demandas  
23 advindas dos instrumentos de avaliação pelo referido órgão, como forma de desenvolver  
24 ações para a melhoria do curso. Dentre as ações propostas e já iniciadas, a diretora  
25 destacou: verificação da estruturação do CCJ, no que concerne as assessorias acadêmico-  
26 pedagógica e administrativa, regularizando-as através de portarias, a fim de que possam  
27 proceder às adequações necessárias à fiscalização do MEC; acompanhamento do STI, por meio  
28 do Linjur (Laboratório de informática do centro), com nova portaria; estudo das adaptações às  
29 novas tecnologias na Coordenação de Monografia; constituição de nova portaria para o NDE,  
30 com reuniões com chefias para o estabelecimento de adaptações a serem feitas;  
31 reestruturação do Núcleo de Prática Jurídica, com nova portaria, regulamentação própria e  
32 separação das coordenações do Núcleo, sede (João Pessoa) e Santa Rita; acompanhamento  
33 das atividades da biblioteca setorial, enfim, focou na necessidade de organizar a infraestrutura  
34 do centro, no que diz respeito especialmente à criação de uma sala coletiva para os docentes,  
35 adaptação de ambientes docentes para atendimento aos discentes, espaço de trabalho para os  
36 (as) coordenadores de curso, dentre outros, os quais carecem de melhorias. Dando  
37 continuidade às informações, a servidora Renata Monteiro esclareceu que ambos os cursos de  
38 Direito de João Pessoa e Santa Rita tiveram os processos referentes à avaliação remota pelo  
39 MEC protocolados e serão avaliados conjuntamente. Nesse momento, a diretora Anne Alencar  
40 mostrou-se surpresa em relação à avaliação do curso de Direito de Santa Rita, pois não estava  
41 a par de que a referida unidade também seria avaliada pelo MEC. Tomando a palavra, o  
42 coordenador Jailson Ribeiro acessou o site do MEC procurando explicar o estado da arte da  
43 situação do curso de Direito de Santa Rita perante o MEC. Nessa oportunidade, a vice-diretora  
44 Duína Porto se manifestou, mostrando-se preocupada com o fato do curso de Santa Rita  
45 também estar programado para receber o Comitê Avaliador do Mec. Explicitou que, embora

1 pertencente ao mesmo Centro que o curso de João Pessoa (o CCJ), o curso de Santa Rita possui  
2 coordenação e departamentos próprios, com PPCs diferente, acrescentando, ainda, que em  
3 tempos anteriores a avaliação dos cursos de Direito de João Pessoa e Santa Rita eram feitas  
4 separadamente. Tentando esclarecer a situação, o coordenador Jailson indagou à servidora  
5 Renata Monteiro se as informações referentes à avaliação pelo MEC haviam sido comunicadas  
6 pela CRA em novembro de 2020 para as coordenações dos cursos de Direito de João Pessoa e  
7 de Santa Rita. A citada servidora explicou que os processos avaliatórios são abertos de ofício e  
8 têm um prazo para serem protocolados e que para proceder à abertura dos processos, são  
9 solicitadas informações às coordenações de curso, as quais enviam a documentação requerida.  
10 Assim, segundo a servidora, ambas as coordenações de curso foram devidamente informadas,  
11 tendo em vista que os processos para avaliação dos cursos foram protocolados em junho de  
12 2020 (Santa Rita) e dezembro de 2020 (João Pessoa). Seguiu explanando que no ano anterior  
13 também houve a suspensão da entrada de novos alunos no curso de Direito de Santa Rita pela  
14 Secretaria de Regulação do MEC devido ao fato de que o ato de autorização para o  
15 funcionamento do curso de Direito de Santa Rita ainda não foi devidamente efetivado, após a  
16 mudança do centro de João Pessoa para Santa Rita e que o mesmo só poderá ser autorizado  
17 após a vista e fiscalização do MEC. Solicitando a palavra, a professora Adriana Mascarenhas  
18 informou que à época também foi surpreendida pela medida quanto à suspensão da entrada  
19 de novos alunos pelo SISU para o curso de Direito em Santa Rita às vésperas do cadastramento  
20 do mesmo. Relatou que o professor Giscard Farias, coordenador do curso de Direito de Santa  
21 Rita, estava ciente da situação tendo em vista que o mesmo fez um ofício afirmando que  
22 haveria a entrada dos alunos em Santa Rita. Concluiu que conseguiram contornar a situação e  
23 ofertar as vagas para o SISU no ano letivo de 2020.2, ainda que o curso se encontre em uma  
24 situação irregular devido ao fato de não ter havido a avaliação do MEC após a mudança da  
25 sede do curso do centro de João Pessoa para Santa Rita. Em seguida, a diretora do Centro  
26 resumiu a situação do curso de Direito de Santa Rita, que está previsto para ser avaliado pelo  
27 MEC possivelmente antes do de João Pessoa bem como que a entrada para novos alunos  
28 naquela unidade está temporariamente suspensa até que a fiscalização do MEC faça a  
29 avaliação e autorize as novas entradas de alunos. Dada à palavra à professora Márcia  
30 Glebyane, a mesma agradeceu a presença do professor Jailson e da servidora Renata à  
31 reunião, parabenizando-os por sua disponibilidade e clareza nas explicações acerca do  
32 processo avaliatório do MEC. Seguiu comentando acerca da dificuldade da realização de  
33 algumas atividades da coordenação serem de difícil acesso nos sistemas da UFPB, em especial  
34 no SIGAA, tendo em vista não haver a autorização para determinadas funções no referido  
35 sistema pela PRG, o que dificulta parte dos trabalhos rotineiros do setor. Salientou, em sua  
36 defesa bem como na do professor Giscard, que alguns comunicados advindos da PRA podem  
37 não ter sido tão precisos, no que concerne ao aviso sobre a questão da visita pelo MEC, tendo  
38 em vista que alguns detalhes do procedimento para a referida avaliação não são de inteiro  
39 conhecimento dos coordenadores. Após alguns questionamentos feitos pela professora Márcia  
40 e respondidos pela servidora Renata sobre o passo a passo do procedimento avaliatório  
41 mencionado, é passada a palavra para a senhora presidente do NDE, professora Maria Lígia  
42 Malta, que agradeceu a presença do coordenador Jailson e da servidora Renata à reunião,  
43 assim como todos os esclarecimentos por eles prestados em relação ao processo avaliatório  
44 dos cursos de João Pessoa e Santa Rita e à visita do MECa ambos os cursos. Nesse ínterim, a  
45 assessora professora Adriana esclareceu à professora Márcia, quanto à dificuldade de acesso

1 no sistema SIGAA pelas coordenações, que muitas das funcionalidades do mesmo dependem  
2 da STI e que o SIGAA passará por correções e mudanças profundas, com o fim de alinhar-se às  
3 normativas e instrumentos específicos do MEC. A presidente do NDE, então, despediu-se dos  
4 convidados, agradecendo novamente sua participação e valiosas contribuições e seguiu em  
5 diálogo com as professorasmembros do NDE sobre a proposição do lançamento de um  
6 questionário de avaliação do perfil dos egressos do curso de João Pessoa, que está em fase de  
7 elaboração pela professora Márcia. Esta explicou que outros questionários já foram por ela  
8 outrora aplicados junto aos discentes, com os seguintes temas: infraestrutura do centro,  
9 contribuição das disciplinas do curso para a formação acadêmica bem como para atuação  
10 profissional dos discentes, qualidade acadêmica da equipe de docentes, dentre outros,  
11 avaliações essas apontadas pelo MEC como necessárias de serem continuamente realizadas. A  
12 professora Márcia concluiu ressaltando que tais avaliações se revestem de grande  
13 importância, especialmente no momento em que houver mudança no currículo do curso, o  
14 qual carece de revisão e atualizações, tendo em vista que as informações nelas coletadas  
15 servirão como subsídio valioso para o referido processo de alteração do currículo do curso. Não  
16 havendo mais assuntos a serem tratados, a Presidente do Núcleo Docente Estruturante deu  
17 por encerrada a reunião. A reunião foi gravada na Plataforma Google ao Meet através do Link  
18 da videochamada: <https://meet.google.com/wov-vtwj-wgt> em João Pessoa, 03 de agosto de  
19 2021. Eu, Maria Ligia Malta de Farias, presidente do Núcleo Docente Estruturante do Centro de  
20 Ciências Jurídicas/ Campus I, lavro a presente ata, que será por todos (as) lida e assinada.

Presidente: \_\_\_\_\_

Vice-Presidente: \_\_\_\_\_

Membros :

\_\_\_\_\_ (DDPU)

\_\_\_\_\_ (DDPRI)

\_\_\_\_\_ (DDPPJ)

\_\_\_\_\_ (Assessoria Graduação)